



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Consultoria Técnico-Legislativa da Mesa Diretora

Núcleo Econômico

Comissão Especial - CE

Parecer nº 48/ 2019/ Comissão Especial

Referente ao Projeto de Lei Complementar nº 45/ 2019 que “Altera e acrescenta dispositivos da Lei Complementar 279, de 11 de Setembro de 2007, que dispõe sobre a convocação dos militares da reserva remunerada para o serviço ativo no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências”.

Autor: Deputado Nininho

Relator (a) Deputado (a): _____

I – Relatório

A iniciativa foi recebida e registrada pela Secretaria de Serviços Legislativos em 11/06/2019. Após, a mesma foi colocada em pauta em 12/06/2019. Cumprida a pauta, foi encaminhado ao Secretário Parlamentar da Mesa Diretora em 03/07/2019. Após foi enviada a esta Comissão para emitir parecer em 05/07/2019, tudo conforme as folhas 2 e 8/ verso. Foram escolhidos para deliberar sobre tal propositura, os Deputados: Dr. Eugênio, Romoaldo Júnior, Paulo Araújo, Dr. Gimenez e a Deputada Janaina Riva.

Submete-se a esta Comissão, o Projeto de Lei Complementar nº 45/ 2019, de autoria do Deputado Nininho, o qual tem por objetivo:

“(…) inserir, nas atividades dos militares da reserva convocados para o exercício, as atividades em escolas públicas estaduais. Uma vez que a violência em escolas tem tomado uma proporção absurda”.

O Projeto de Lei Complementar altera e acrescenta dispositivos da Lei Complementar nº 279, de 11 de setembro de 2007 que dispõe sobre a convocação dos militares da reserva remunerada para o serviço ativo no Estado de Mato Grosso.

Segundo o autor, os professores, alunos, pais e servidores integram um ambiente escolar de total insegurança, alerta que a sociedade está doente psicologicamente, revelando um problema social.

Nas escolas públicas mato-grossenses são frequentes os casos de violência, seja física ou psicológica aos professores, os quais podem desenvolver transtornos psicológico.

O deputado Nininho cita em sua justificativa, o Massacre de Suzano, onde dois jovens ex-alunos mataram várias pessoas, entre alunos e servidores públicos da Escola, colocando muitas



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Consultoria Técnico-Legislativa da Mesa Diretora

Núcleo Econômico

Comissão Especial - CE

outras pessoas em risco eminente. Sendo que as prováveis causas foram transtornos psicológicos e falta de atenção.

Por derradeiro, na sua justificativa, o autor destaca o Programa Escola Segura, criado pelo governador Carlos Massa Ratinho Júnior no Estado do Paraná. O Programa é baseado numa série de ações e medidas preventivas voltadas para segurança dos professores, alunos, pais e servidores das escolas. Enfatiza que militares nas Escolas não é doutrinação, mas respeito e segurança para todos.

A iniciativa é formada por dois artigos, conforme demonstram-se abaixo.

Art. 1º Altera o inciso IV, acrescenta o inciso V e o parágrafo único ao artigo 2º da Lei Complementar 279, de 11 de Setembro de 2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

IV – nas escolas públicas estaduais, em medidas preventivas de segurança para alunos, pais e professores.

V - em outras atividades previstas em Lei.

Parágrafo Único. É necessário que todos os militares convocados para atender ao inciso IV sejam submetidos a processo de capacitação específico para atuarem nas ações preventivas de segurança em atividades escolares.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

No âmbito desta Comissão não foram apresentadas outras emendas ou Substitutivo Integral ao Projeto de Lei Complementar em tela.

Após, os autos foram encaminhados a esta Comissão para a emissão de parecer quanto ao mérito.

É o relatório.

II – Análise

As proposições para as quais o Regimento exija parecer, em nenhuma hipótese, serão submetidas à discussão e votação do Plenário, sem o parecer das comissões que as devam apreciar (art. 356 - parágrafo único/ Regimento Interno).

Conforme relato inicial, o autor visa estabelecer a possibilidade de convocação dos militares da reserva remunerada para o serviço ativo no Estado de Mato Grosso, notadamente em



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Consultoria Técnico-Legislativa da Mesa Diretora

Núcleo Econômico

Comissão Especial - CE

atividades de segurança nas escolas públicas estaduais. Uma vez que a violência em escolas tem tomado uma proporção absurda.

Para tal, a iniciativa busca alterar e acrescentar dispositivos da Lei Complementar nº 279, de 11 de setembro de 2007 que dispõe sobre a convocação dos militares da reserva remunerada para o serviço ativo no Estado de Mato Grosso. Estabelece também, caso os militares da reserva remunerada sejam convocados para atender a segurança nas escolas, os mesmos receberão capacitação específica para o exercício da respectiva função, (art. 1º) da iniciativa.

Na justificativa do autor, os professores, alunos, pais e servidores estão imersos num universo escolar de total insegurança, bem como faz um alerta dramático ao afirmar que a sociedade está doente psicologicamente, revelando um problema social.

Os casos de violência, seja física ou psicológica aos professores, são comuns e frequentes no ambiente das escolas mato-grossenses, em virtude disso, os docentes podem desenvolver várias doenças de motivação psicológica ou psíquica.

Nesse contexto, o autor ressalta o Massacre de Suzano, onde dois jovens ex-alunos mataram várias pessoas, entre alunos e servidores públicos da Escola, colocando muitas outras pessoas em risco eminente. Sendo que as prováveis causas foram transtornos psicológicos e falta de atenção.

Destaca na propositura, o Programa Escola Segura, criado pelo governador Carlos Massa Ratinho Júnior no Estado do Paraná. O Programa é baseado numa série de ações e medidas preventivas voltadas para segurança dos professores, alunos, pais e servidores das escolas. Enfatiza que militares nas Escolas não é doutrinação, mas respeito e segurança para todos.

Nesse sentido, cumpre ressaltar legislação semelhante em outras unidades federativas. A Lei nº 19.966, de 11 de janeiro de 2018 que “Dispõe sobre a convocação de militares da reserva remunerada para o serviço ativo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás e dá outras providências”. O art. 1º da referida Lei, assim explana:

“Os policiais militares e os bombeiros militares da reserva remunerada poderão ser convocados para o serviço ativo por ato do Governador do Estado, conforme disposto nesta Lei e à vista de parecer fundamento do respectivo Comandante-Geral, objetivando atender ao interesse público bem como às necessidades específicas do Estado e de suas corporações militares”.

No ditame do art.1º, da Lei Complementar nº 279, de 11 de setembro de 2007, alterado pela Lei Complementar nº 478/12, os militares da reserva poderão ser convocados, voluntariamente, nos casos mencionados no art. 2º da referida Lei Complementar, senão vejamos:

“Art. 1º Os militares da reserva remunerada poderão, voluntariamente, ser convocados para o serviço ativo, nos casos mencionados no Art. 2º, desta lei complementar.



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Consultoria Técnico-Legislativa da Mesa Diretora

Núcleo Econômico

Comissão Especial - CE

Art. 2º Os militares convocados atuarão: (Nova redação dada pela LC 478/12)

I - nas atividades desenvolvidas pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública e em Órgãos Federais onde se faça necessária a presença de militares, no último caso, mediante convênio, termo de cooperação, ou outro instrumento legal eficaz;

II - em atividades administrativas de natureza estritamente militar;

III - nas atividades realizadas no *call center* do CIOSP;

IV - em outras atividades previstas em lei.

Dessa forma, os artigos 1º e 2º da Lei Complementar nº 279/ 2007 preveem a possibilidade de convocação de militares da reserva remunerada para atuarem no serviço ativo em atividades de segurança pública, até mesmo em outros órgãos e Poderes Públicos do Estado de Mato Grosso.

No caso em tela, em atividades de segurança pública requeridas pelas Escolas Públicas Estaduais no âmbito do Estado de Mato Grosso, as quais poderão ser formalizadas através de convênio, termo de cooperação ou outro instrumento legal eficaz. Na esteira de entendimento, tal previsão legal remete à conveniência da propositura.

Em entrevista ao Programa MT TV, o Promotor Miguel Silhessarenko ressaltou a importância de capacitação dos professores para lidar com a violência nas escolas. Pois, os alunos que integram o ensino médio, numa análise psicológica estão inseridos num processo de afirmação enquanto ser na sociedade e frequentemente podem reproduzir comportamentos inseguros e até violentos no ambiente escolar. Fonte:

<http://g1.globo.com/mato-grosso/mttv-2edicao/videos/v/promotor-fala-sobre-capacitacao-de-professores-para-lidar-com-violencia-nas-escolas/7691371/>

Tal iniciativa corrobora com a Política de Prevenção à violência contra Profissionais da Educação da Rede de Ensino do Estado de Mato Grosso, previsto no art. 2º, inciso II, da Lei nº 10.473, de 26 de dezembro de 2016, *in verbis*:

“Art. 2º As instituições de ensino do Estado de Mato Grosso deverão:

(...) II – adotar medidas preventivas e corretivas para situações em que Profissionais do Ensino, em decorrência de suas funções, sejam vítimas de violência ou corram riscos quanto à sua integridade física ou moral;”.

Segundo o Portal “SÓ NOTÍCIAS” com base nas Pesquisas realizadas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP) realizadas em 2016 e 2017 e Instituto Educacional Anísio Teixeira (INEP) “aumenta o número de registros de violência nas escolas em Mato Grosso”, sendo a violência praticada nas mais variadas formas: roubo, furto, lesão corporal, agressão física ou verbal a professores, dentre outras, senão vejamos:

“Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) demonstram uma boa avaliação das atividades policiais nas escolas públicas de Mato Grosso. Segundo o levantamento, feito junto aos avaliadores da Prova



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Consultoria Técnico-Legislativa da Mesa Diretora

Núcleo Econômico

Comissão Especial - CE

Brasil, 59,1% dos entrevistados consideraram bom o esquema de policiamento para inibição de furtos, roubos e outras formas de violência.

Porém, o levantamento da Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp), um comparativo mostra que neste ano aumentou os registros de crime dentro da escola. O furto lidera o ranking das principais ocorrências registradas em unidades escolares e universidades públicas e privadas em Mato Grosso entre janeiro e setembro de 2016 e o mesmo período deste ano. Conforme a Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (CEAC) da Sesp, o Sistema de Registro de Ocorrências Policiais (SROP) levantou 813 casos no ano passado e 992 este ano. Mas a questão da violência nas escolas não se resume a roubos e furtos. A ameaça é a segunda ocorrência mais registrada no mesmo período, com 461 casos em 2016 e 592 em 2017, seguida de lesão corporal, que teve com 267 registros no ano anterior e 377 este ano.

Em Cuiabá, o comparativo do mesmo período foi de 200 ocorrências de furto em 2016 e de 266 em 2017. Já os casos de ameaça foram de 113 no ano passado e 161 este ano. Em terceiro lugar também está o delito de lesão corporal, 55 registros em 2016 contra 96 em 2017. Estas ocorrências são mais frequentes que o roubo, por exemplo, que ocupa o 11º lugar no ranking estadual e 9º no levantamento da capital. Este tipo de delito apresentou considerável redução no número de casos. Entre janeiro e setembro de 2016, foram identificados 80 roubos em unidades escolares do estado, enquanto no mesmo período de 2017, foram registrados 66 casos. Já em Cuiabá, ocorreram 29 roubos no ano passado e 26 este ano.

Seguindo esta linha, a pesquisa do Inep, que consta no 11º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, constatou que 55,8% dos professores e diretores entrevistados em Mato Grosso já sofreram agressão verbal ou física de alunos, enquanto 43,2% alegaram não ter passado por esta situação e 1,1% não se manifestou.

Os dados também demonstraram que 72,8% presenciaram alguma agressão verbal ou física de estudantes a outros alunos da escola, 26% disseram não ter visto esse tipo de ocorrência e 1,2% não respondeu. O cenário aponta para a necessidade do envolvimento de órgãos e da sociedade civil, especialmente os familiares dos estudantes, no âmbito preventivo. Alguns projetos são desenvolvidos pelas forças de segurança do Estado com este objetivo, como o Rede Cidadã e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), coordenados pela Polícia Militar (PM), e De Bem com a Vida e De Cara Limpa contra as Drogas, sob responsabilidade da Polícia Judiciária Civil (PJC).

Ela também ressalta que este trabalho precisa do envolvimento de outras instituições e outros poderes, para que seja compreendido como política de Estado. “Nós percebemos uma melhora por meio deste atendimento cidadão, com diálogo, quando mostramos o que pode ocorrer se ele não mudar. É o poder da livre escolha, mas mostramos as opções e consequências, para conscientizá-lo”, acrescenta. Atualmente, o Rede Cidadão possui mil crianças e jovens matriculados em atividades (tanto por problemas no desempenho escolar ou de comportamento). Fonte:



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Consultoria Técnico-Legislativa da Mesa Diretora

Núcleo Econômico

Comissão Especial - CE

<https://www.sonoticias.com.br/geral/aumenta-o-numero-de-registros-de-violencia-nas-escolas-em-mato-grosso/>

Dessa forma, embora os dados sobre violência em Cuiabá e Mato Grosso não sejam recentes, é razoável admitir-se que os índices ainda permaneçam altos na atualidade. Conforme demonstrado nas pesquisas realizadas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) e Instituto Educacional Anísio Teixeira (INEP) os índices de violência no ambiente escolar, bem como no seu entorno é significativamente elevado, notadamente a violência aos profissionais de educação, com destaque a ameaça e agressão física ou psicológica aos professores.

Conforme foi afirmado na publicação, há necessidade de enfrentamento do nível elevado de violência no ambiente escolar, através de engajamento de toda a sociedade, com destaque a criação de políticas públicas de prevenção e combate à violência nas escolas.

Destarte, a Lei nº 10.473/2016 inovou no sentido preventivo e punitivo de ameaças e agressões físicas ou psicológicas praticadas por alunos (as) a profissionais de educação em Mato Grosso, mas ainda é pouco, decorrendo daí a oportunidade do projeto de lei complementar ora analisado.

Na verdade, o fenômeno da violência nas escolas tem motivações abrangentes, bem como de diversas vertentes, fatores como crise econômica, desemprego em massa, precariedade nas relações de emprego, falhas na educação familiar, influências negativas da internet, baixa renda familiar, dentre outras, são fatores determinantes para detonar a violência dos jovens nas escolas, cujo principal alvo são os professores.

Outrossim, a pretensão tem fundamento em princípios constitucionais da Administração Pública, art. 37, CF, principalmente a Moralidade e a Eficiência, bem como assegurar um dos direitos fundamentais da pessoa humana, ou seja, “A dignidade da pessoa humana”, insculpido no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal.

Por oportuno, os profissionais da Educação, notadamente os professores (as) da rede estadual de ensino, merecem o devido reconhecimento, valorização, respeito, bem como a total segurança no exercício de sua profissão, pois eles representam o presente e o futuro da educação no Brasil, tendo como visão um país desenvolvido.

Entretanto, a iniciativa padece de vício formal de iniciativa, em virtude da competência privativa do Poder Executivo em iniciar propositura desta natureza, conforme estabelece o art. 39, parágrafo único, inciso II, alínea b, da Constituição Estadual, o qual prevê categoricamente as matérias privativas à iniciativa do Governador do Estado de Mato Grosso, *in verbis*:

“Art. 39 A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Contas, à Procuradoria Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Consultoria Técnico-Legislativa da Mesa Diretora

Núcleo Econômico

Comissão Especial - CE

Parágrafo único São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

(...)

II – disponham sobre:

b) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

(...)”.

Corroborando com tal afirmação, o julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade emanada do Supremo Tribunal Federal (STF), constatada através da ADI 2420, senão vejamos:

“O art. 61, §1º, II, e, da CF prevê a iniciativa privativa do chefe do Executivo na elaboração de leis que disponham sobre servidores públicos, regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria. Por outro lado, é pacífico o entendimento de que as regras básicas do processo legislativo da União são de observância obrigatória pelos Estados. “por sua implicação com o princípio fundamental da separação e independência dos Poderes”. Precedente: ADI 774, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 26-2-1999. A posse, matéria de que tratou o diploma impugnado, complementa e completa, juntamente com a entrada no exercício, o provimento de cargo público iniciado com a nomeação do candidato aprovado em concurso. É, portanto, matéria claramente prevista no art. 61, §1º, II, e, da Carta Magna cuja reserva legislativa foi inegavelmente desrespeitada. [ADI 2.420, rel. min. Ellen Gracie, j. 24-2-2005, P. DJ de 25-04-2005.] = RE 583.231 AgR. rel. min. Carmen Lúcia, j. 8-2-2011, 1º T, DJE de 2-3-2011.

Ademais, a iniciativa vem afrontar o art. 155, incisos I e VII, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, sob os quais não se admitirão proposições: I – sobre assunto alheio à competência da Assembleia Legislativa; e VII – manifestamente inconstitucionais.

Por derradeiro, esta Relatoria recomenda que tal iniciativa não prospere nesta Augusta Casa Legislativa, tendo em vista a inconveniência quanto a potencial arguição de inconstitucionalidade, bem como a insegurança jurídica que poderá decorrer da eventual norma.

É o parecer.



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Consultoria Técnico-Legislativa da Mesa Diretora

Núcleo Econômico

Comissão Especial - CE

III - Voto do Relator

Pelas razões expostas, quanto ao **mérito**, voto pela **prejudicialidade** do Projeto de Lei Complementar nº 45/ 2019 de autoria do Deputado Nininho.

Sala das Comissões, em _____ de _____ de 2019.

IV – Ficha de Votação

Projeto de Lei Complementar nº 45/ 2019 – Parecer nº 48/ 2019	
Reunião da Comissão em ____/____/____	
Presidente (a): _____	
Relator (a): <u>Deputado Dr. Gimenez</u>	
Voto do (a) Relator (a): _____	
Pelas razões expostas, quanto ao mérito , voto pela prejudicialidade do Projeto de Lei Complementar nº 45/ 2019 de autoria do Deputado Nininho.	
Posição na Comissão	Identificação do Deputado
Relator	
Membros	